



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

MAPA DO TURISMO BRASILEIRO E A CLASSIFICAÇÃO DE ESTÂNCIAS TURÍSTICAS E MITs NA RMVPLN - Análise do impacto das classificações de cidades turísticas no desenvolvimento local

SANTOS, Moacir José dos¹
COUTO, Bruna Fernanda Nunes do²

Resumo

Este trabalho aborda as principais características do Mapa do Turismo Brasileiro e da classificação de Estâncias e Municípios de Interesse Turístico (MITs) do FUMTUR, ele identificou a classificação dos municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), com o objetivo de avançar sobre a problemática de se, e, como estas podem ajudar no desenvolvimento local destas regiões. Buscou-se alcançar este objetivo mediante a análise documental de leis estaduais e federais, da base de dados do Programa de Regionalização do Turismo e de artigos que tratam da temática. Como resultado identificou-se que muitos dos critérios adotados por estas classificações privilegiam apenas os aspectos de desenvolvimento econômico dos municípios, ao desconsiderar que desenvolvimento engloba aspectos econômicos e socioambientais. Essas classificações também privilegiam cidades turísticas já estruturadas, com maior nota de classificação beneficiadas na obtenção de recursos públicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional e local. Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. Mapa do Turismo Brasileiro. RMVPLN.

¹ Doutor em História (UNESP), docente do Programa de Doutorado e Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté – UNITAU, Taubaté, Brasil. E-mail: moacir.jsantos@unitau.br

² Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté – UNITAU, Taubaté, Brasil. E-mail: bruna.fncouto@unitau.br





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

BRAZILIAN TOURISM MAP AND THE CLASSIFICATION OF TOURIST RESORTS AND MITs IN THE RMVPLN - Analysis of the impact of classifications of tourist cities on local development

Abstract

This work addresses the main characteristics of the Brazilian Tourism Map and the classification of Resorts and Municipalities of Tourist Interest (MITs) by FUMTUR, it identified the classification of municipalities in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and North Coast (RMVPLN), with the objective to advance the issue of whether and how these can help in the local development of these regions. We sought to achieve this objective through documentary analysis of state and federal laws, the Tourism Regionalization Program database and articles that deal with the topic. As a result, it was identified that many of the criteria adopted by these classifications only privilege the economic development aspects of the municipalities, disregarding that development encompasses economic and socio-environmental aspects. These classifications also favor already structured tourist cities, with a higher classification score that benefit from obtaining public resources.

Keywords: Regional and local development. Tourism. Tourism Regionalization Program. Brazilian Tourism Map. RMVPLN.

1 Introdução

A temática principal deste artigo é conceituar o Mapa do Turismo Brasileiro e a classificação das Estâncias turísticas e dos Municípios de Interesse Turístico (MITs) do estado de São Paulo. Ele também irá tratar sobre as relações entre as políticas de desenvolvimento regional e local e o turismo, e como a classificação dos municípios pelo Mapa do Turismo Brasileiro e a classificação de Estâncias turísticas e MITs do





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

FUMTUR, são capazes de impactar na promoção de políticas públicas de desenvolvimento regional e local no Brasil.

Para isso se faz necessário entender sobre o conceito de desenvolvimento regional e local, e fazer um apanhado geral sobre a importância do turismo em políticas públicas que visam o desenvolvimento regional e local dos municípios brasileiros. Bem como compreender o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do qual o Mapa do Turismo Brasileiro faz parte e a Lei complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, que foi atualizada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17 de março de 2023, e possibilita a classificação de Municípios Turísticos em Estâncias ou Municípios de Interesse Turístico (MITs), com diferentes notas de ranqueamento.

A ideia de políticas públicas de turismo que buscam o desenvolvimento regional e local dos municípios brasileiros, também se relaciona com a agenda de 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Cabe aos países incentivarem cada vez mais em seu território o cumprimento dos Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) (ONU,2022). Políticas públicas de turismo, devem estar relacionadas ao despertar de comunidades sustentáveis e dialogar com as ODS. Destaca-se a de número 11, “Cidades e comunidades sustentáveis”, estando em concordância com as novas iniciativas previstas para agenda de 2030. Estas empenham-se em reduzir o impacto ambiental, aumentar o poder econômico e a inclusão social em pequenas comunidades, visando uma baixa na desigualdade econômica do planeta (ONU, 2022).

A problemática central deste trabalho e o que motivou esta pesquisa, foi o questionamento sobre como a classificação de municípios turísticos funcionam no Brasil, e avançar ainda que brevemente na dubiedade, de se estas impactam ou não





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

na promoção de políticas públicas de desenvolvimento regional e local nestes municípios na contemporaneidade. Buscou-se discutir as diferenças entre estas duas classificações e o impacto destas na promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e o turismo., comparando-as e analisando seus métodos de classificação. Isto se dará utilizando como estudo de caso as cidades que compõem a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte (RMVPLN).

Posteriormente será discutido o papel dessas classificações na distribuição de recursos para promoção de políticas públicas voltadas para o turismo. Uma vez que o turismo tem um papel de extrema importância frente ao desenvolvimento sustentável de comunidades quando está alinhado com políticas públicas responsáveis e que busquem melhorar a qualidade de vida do cidadão, representando uma importante fonte de renda e de valorização da cultura local (DORSA, 2022).

O presente trabalho se estruturará após esta introdução, com uma revisão de literatura que exemplificará por meio de autores as ideias centrais de desenvolvimento regional/local e o turismo explorando este tópico. A revisão de literatura seguirá ao explanar as principais características do Programa de Regionalização do Turismo e o Mapa do Turismo Brasileiro, até ser finalizada com a classificação das Estâncias Turísticas e dos Municípios de interesse turístico (MITs) do Estado de São Paulo. Posteriormente será apresentado o método da pesquisa que compreende além da revisão de literatura, uma pesquisa de base documental com dados quantitativos, e a organização dos dados em tabelas para melhor exemplificação e exposição dos dados. Ao final do artigo serão apresentados os resultados e discussões, e as conclusões finais sobre a diferença entre as





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

classificações dos municípios turísticos brasileiros, e como estas impactam no desenvolvimento regional/ local e o turismo no Brasil.

2 Turismo e desenvolvimento

Até 1960 a ideia de desenvolvimento de um município esteve atrelada exclusivamente ao seu crescimento econômico, de forma que os termos fossem compreendidos como sinônimos. Após o final do século XX, houve uma desassociação das palavras “desenvolvimento” e “economia”, quando o IDH começa a servir como principal indicador do desenvolvimento de uma cidade (Chaves, Rodrigues, 2006).

Já estabelecido que o termo desenvolvimento retratado neste artigo, compreende a visão pós século XX. Afirma-se também que desenvolvimento regional e local é mais do que um processo marcado apenas pelo crescimento econômico. Mais do que isso, segundo Souza e Theis (2019) desenvolvimento regional e local não deve ser associado apenas a ideia de crescimento econômico atrelado a pequenos arranjos em prol de mudanças sociais que não terão um impacto real na vida dos moradores de determinada localidade e região. Ele deve sim ser entendido mediante múltiplos aspectos que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida social, ambiental e econômica de uma comunidade.

Seguindo esta discussão Dallabrida expõe que:

Desenvolvimento (local, regional, territorial) pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (Dallabrida, 2011, p.4).

Em concordância com o que afirma Duarte e Souza (2023), desenvolvimento





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

regional e local tem como objetivo preponderante a construção da cidadania e de uma rede sólida de políticas e parcerias em prol de benefícios coletivos para determinada região e cidade. Este está intrinsecamente ligado às políticas públicas, uma vez que estas quando bem aplicadas, tem o poder de incentivar e impactar positivamente no crescimento econômico, social e ambiental de determinada localidade, nenhum desses pontos deve ser esquecido, já que sem esses não existe desenvolvimento real.

No caso do turismo, que compreende a temática deste artigo, este alinhado a políticas públicas responsáveis e que visem a qualidade de vida dos habitantes de uma localidade e região, e não exclusivamente a acumulação econômica, é capaz de impactar positivamente no desenvolvimento local e regional (MTUR, 2023).

O turismo é definido pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) como uma atividade humana que envolve o deslocamento de pessoas de um local para o outro fora de seu ambiente “normal”. Ele pode possuir fins: recreativos, culturais, esportivos, religiosos, de lazer, de negócios, entre outros. E é uma das indústrias mais significativas e dinâmicas do mundo, com grande impacto na economia global e respectivamente na economia brasileira (WTTC, 2023).

É fundamental compreender que o turismo não se dá a partir de uma fórmula única, e que para que este contribua com o desenvolvimento regional e local, deve movimentar aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais de uma localidade ou região. Ele não deve apenas movimentar a economia e gerar acúmulo de riquezas a uma parcela exclusiva da sociedade. É possível afirmar que o turismo “Representa uma oportunidade de aumento das receitas, não somente para o país, mas também para a população” (Silva; Costa; Carvalho, 2013, p. 03).





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Segundo o Relatório de Impacto Econômico, produzido pelo WTTC, o setor do turismo, injetou no Brasil em 2023 cerca de R\$ 752,3 bilhões na economia, impactando com cerca de 8% do PIB nacional. O relatório afirma que no decorrer do ano, as mais de 50 cadeias econômicas que envolvem o turismo no Brasil, também foram responsáveis pela geração e manutenção de 7,9 milhões de postos de trabalho. Ao considerar tamanha importância do turismo para sociedade e economia brasileira, este artigo buscará diferenciar as duas principais classificações de municípios turísticos existentes na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, que serão mais satisfatoriamente exploradas nos próximos três tópicos deste mesmo trabalho.

3 Programa de Regionalização do Turismo (PRT)

Para compreensão do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), é necessário que se entenda a Política Nacional de Turismo brasileira. Esta foi instituída pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 e afirma que faz parte das responsabilidades do Ministério do Turismo brasileiro (MTUR) mediante sua nova política “planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional” (Brasil, 2008, p.1).

Em abril de 2004, o Ministério do Turismo lançou o PRT, uma política direcionada ao desenvolvimento regional e local, possibilitando um maior protagonismo a todos os estados e cidades da federação. Ele é responsável por trabalhar a harmonia e a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTUR com estados, regiões e municípios brasileiros. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País (Brasil, 2013).



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

O PRT é um programa estruturante do MTUR, e uma das principais políticas públicas de turismo da contemporaneidade. Esta política desempenha um papel fundamental no MTUR, uma vez que trabalha na convergência de todas as ações desempenhadas pelo ministério com os municípios e estados brasileiros, no âmbito da interação entre governo federal e governos estaduais e municipais, bem como é o responsável por interações com a sociedade civil de forma a englobar a população local, principalmente agentes de turismo (MTUR, 2023).

Esse programa de enfoque territorial foi reformulado em 2013, quando passou por uma avaliação participativa em âmbito nacional e foram definidos seus 8 eixos de atuação, que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no Brasil, a partir de 8 eixos estruturantes com vistas à promoção do desenvolvimento regional (MTUR,2017), que estão dispostos na imagem abaixo.

Imagem 1 – Oito eixos de atuação do Programa de regionalização do turismo



Fonte: MTUR, acesso em outubro de 2023.



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Após ser aprovado pela portaria MTUR nº 105, de 16 de maio de 2013, que possibilitou sua reformulação, está também foi revogada pela portaria MTUR nº 41, de 24 de novembro de 2021, mas manteve seus 8 eixos estruturantes (MTUR,2017).

4 Mapa do Turismo (MTB)

O Mapa do Turismo Brasileiro (MTB) é um instrumento instituído pelo Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. É o MTB que define a área/ território, que terá prioridade no recebimento de recursos públicos mediante políticas públicas do Ministério. O processo de atualização do Mapa é contínuo, em um processo participativo com gestores públicos de âmbito municipal, regional e estadual. Gestores públicos podem realizar o cadastramento do seu município, desde que observem os critérios estabelecidos mediante a portaria do MTUR nº 41, de 24 de novembro de 2021. Os municípios que o compõem foram indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governança regional, a partir de critérios construídos em conjunto com Ministério do Turismo (MTUR, 2017).

O MTB é uma ferramenta que reúne municípios de todo o país impactados pela cadeia produtiva do turismo. O MTUR afirma que estar no Mapa contribui para o desenvolvimento do turismo local, já que ele traz uma série de benefícios ao município em questão, como fazer parte de políticas públicas, receber recursos para a realização de obras de infraestrutura e obter capacitação por meio da oferta de qualificação profissional (MTUR, 2019).

“O Mapa do Turismo auxilia na construção de políticas públicas mais eficientes e assertivas. Mas é importante ressaltar que esse esforço é feito em conjunto e que contamos com o apoio dos gestores para priorizarem o setor, participando das capacitações do MTUR e estando atentos às





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

políticas públicas executadas pelo Ministério”, ressalta a ministra do Turismo, Daniela Carneiro (MTUR, 2023, p.03).

O Mapa segundo dados do MTUR (2023) é composto por 338 regiões turísticas, sendo 231 cidades do Centro-Oeste, 635 do Nordeste, 160 do Norte, 1.127 do Sudeste e 786 do Sul. Os dados representam um aumento de 122 municípios no Mapa do período de agosto de 2022 a janeiro de 2023. A possibilidade de que um gestor público pode realizar o cadastramento do seu município, a qualquer momento do dia, desde que observem os critérios estabelecidos mediante a portaria do MTUR nº 41, de 24 de novembro de 2021, traz mais agilidade para ele, já que anteriormente, apenas era possível realizar a atualização ou inserção de informações no Mapa a cada dois anos, o que dificultava a ação dos municípios e gestores municipais.

Segundo o relatório de perguntas e respostas do Mapa de Turismo de 2023, mais da metade dos municípios brasileiros fazem parte do Mapa. 2.940 municípios integram a plataforma, o que representa 53% do total de cidades brasileiras existentes que são 5.568 no total.

O MTB criou uma classificação para identificar o desempenho da economia do setor turístico nos municípios que nele constam. Ela é um instrumento elaborado pelo MTUR como uma estratégia para permitir tomadas de decisões mais assertivas ao se implementar políticas públicas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros mediante o Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2022).

A classificação foi desenvolvida pela equipe do MTUR, devido à quantidade de municípios inseridos nas 338 regiões turísticas do MTB (2.940 municípios). Os dados utilizados à classificação podem ser atualizados periodicamente e contemplam dados da economia do turismo já existentes, disponíveis para todo o Brasil. Eles referem-se aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Pesquisa



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

de Demanda Doméstica, da Pesquisa de Demanda Internacional e do Ministério da Economia e do Ministério do Turismo. Mediante esses dados, criou-se 5 variáveis que foram cruzadas em uma análise de cluster e deram origem a cinco categorias de municípios denominadas A, B, C, D e E (MTUR,2023).

No ano de 2019, houve uma revisão da metodologia empregada e da coleta de informações atualizadas, foi introduzida a variável “arrecadação de impostos federais dos meios de hospedagem” como forma de complementar os indicadores já utilizados, agregando uma variável de desempenho financeiro para a análise, que ainda não existia (MTUR, 2019).

Abaixo na imagem 2, estão dispostas as 5 variáveis e suas respectivas fontes de coletas de dados, para classificação dos municípios existentes no MTB:

Imagem 2 – Quadro síntese das 5 variáveis para classificação de cidades do Mapa do turismo Brasileiro

VARIÁVEL	FONTE DE COLETA
Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2017
Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2017
Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos	Estudo de Demanda Doméstica 2012 – MTur/FIPE
Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais	Estudo de Demanda Internacional 2017 – MTur/FIPE
Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem	Secretaria de Receita Federal – Ministério da Economia

Fonte: MTUR, acesso em outubro de 2023.

A classificação de cidades utiliza apenas dados do setor de hospedagem, porque segundo levantamento realizado pelo MTUR esta é a atividade mais adequada para análise de dados no ramo do turismo. Isso fundamenta-se porque quase a totalidade dos que utilizam um hotel, são turistas e ao se trabalhar com



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

outras atividades, como restaurantes ou aluguel de veículos, a utilização por residentes é muito elevada. Dessa maneira os dados não retratariam tão fielmente a realidade, os dados do setor de hospedagem disponíveis também possuem uma gama maior de atributos para análise e assim uma correspondência mais direta com o turismo (MTUR, 2019).

Salienta-se que na contemporaneidade o MTUR (2023) só considera dados oficiais, e já que não dispõe de dados oficiais relativos ao número de empregados informais no setor de hospedagem no ramo do turismo, esses dados não fazem parte das variáveis presentes na classificação de cidades do Mapa do Turismo. Mediante essa informação, o MTUR afirma que a categorização pode ajudar os municípios, estados e os Ministérios do Turismo e da Economia ao incentivo à formalização dos estabelecimentos de hospedagem, entre outros (MTUR, 2019).

Apesar do processo constante de atualização do MTB, a categorização dos municípios não é atualizada desde 2019, o que pode prejudicar a distribuição de recursos para os municípios turísticos. O MTUR afirma que em razão do impacto sofrido com a Covid-19, inicialmente as pesquisas não serão atualizadas.

De acordo com a metodologia de análise de cluster utilizada pelo MTUR, os municípios que possuem médias semelhantes, nas cinco variáveis analisadas, são reunidos em uma mesma categoria. 2.694 municípios brasileiros foram analisados, uma vez que a classificação possuiu sua última atualização em 2019. Ressalta-se que todas as capitais estão na Categoria A e que os municípios que possuem zero nas cinco variáveis são agrupados na Categoria “E”. Os municípios que desejam alterar sua classificação para uma superior, devem trabalhar na formalização de suas atividades, e aumentar seu fluxo de turistas uma vez que a classificação considera



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

apenas dados oficiais (MTUR, 2019). Abaixo na tabela 1 estão expostos 2694 municípios presentes no MTB, segundo dados de 2019:

Tabela 1 – Caracterização dos municípios do Mapa do Turismo e suas respectivas classificações

CARACTERIZAÇÃO DAS CATEGORIAS A PARTIR DAS VARIÁVEIS							
CATEGORIA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	% DE MUNICÍPIOS NO MAPA	VALOR MÉDIO (NÃO PADRONIZADO)				
			QNT. EMPREGOS FORMAIS DE HOSPEDAGEM	QNT. EST. FORMAIS DE HOSPEDAGEM	ESTIMATIVA DE TURISTAS INTERNACIONAIS	ESTIMATIVA DE TURISTAS DOMÉSTICOS	ARRECADAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM
A	62	2,30%	2267	123	133973	1580039	R\$ 40.357.359,91
B	257	9,54%	277	25	5810	168844	R\$ 2.843.975,05
C	476	17,67%	58	8	746	41853	R\$ 518.588,76
D	1522	56,50%	8	2	144	7027	R\$ 67.587
E	377	13,99%	0	0	0	0	R\$ 0,00

Fonte: MTUR, acesso em junho de 2023. Organização: Bruna Fernanda Nunes do Couto

Além da classificação do MTB, o MTUR considera outros instrumentos para priorização na distribuição de recursos federais. Pode-se citar o Plano Nacional de Turismo, que define as diretrizes da Política Nacional de Turismo, além dos critérios para priorização adotados por cada um dos departamentos do MTUR. Dados como o município dispor de patrimônio natural ou cultural, possuir inventário da oferta turística, plano de marketing, plano de desenvolvimento, roteiros turísticos consolidados, a existência de instância de governança, poderão ser utilizados como critério adicional de seleção no momento da abertura de um novo chamamento público para apoio a projetos e ações por meio de transferências voluntárias de recursos (MTUR, 2023).

5 Classificação das Estâncias Turísticas e dos Municípios de interesse turístico (MITs) do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo afirma mediante o relatório do ranqueamento das Estâncias e dos Municípios de Interesse Turístico (MITs) de 2021 que é pioneiro na política pública de transferência permanente de recursos para obras e melhorias de



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

infraestrutura turística. A iniciativa é dos anos 1940, quando passaram a ser criadas as Estâncias Climáticas, Balneárias, Hidrominerais e Turísticas que têm acesso a recursos por meio do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR), garantido na constituição do Estado (SP, 2021).

O FUMTUR foi promulgado mediante a Lei Complementar nº 16.283, de 15 de julho de 2016. Ele destina-se ao desenvolvimento de programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos. O FUMTUR está vinculado ao Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR), que é subordinado à Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (SP, 2016).

A Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, atualizada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17 de março de 2023, estabelece as condições indispensáveis para a classificação dos Municípios Turísticos (Estâncias Turísticas e MITs). Esta lei fixou o número de cada tipologia de Municípios Turísticos, sendo 80 Estâncias Turísticas e 165 MITs. Todas as análises que visam o mérito das cidades são realizadas pelo Grupo de Análise Técnica dos Municípios Turísticos (GAMT) (SP, 2015).

A Lei Complementar Nº 1.261, também estabeleceu a necessidade da classificação dos municípios, ser realizada de três em três anos. Assim serão determinadas quais MITs podem ser elevados à categoria de Estâncias e quais dessas perderão a titulação, passando a serem MITs. (SP, 2021).

Para classificação de Estâncias Turísticas a Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, atualizada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17 de março de 2023, estabelece que os critérios serão:

a) estudo da demanda turística existente nos 2 (dois) anos anteriores à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura Municipal em



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada; b) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos atrativos turísticos do município, de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei complementar, com suas respectivas localizações e vias de acesso; c) inventário dos equipamentos e serviços turísticos, de que trata o inciso III do artigo 2º desta lei complementar ;d) inventário da infraestrutura de apoio turístico de que trata o inciso IV do artigo 2º desta lei complementar; e) certidões emitidas pelos órgãos oficiais competentes para efeito de comprovação dos requisitos estabelecidos no inciso V do artigo 2º desta lei complementar ;f) cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das 6 (seis) últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, devidamente registradas em cartório (SP, 2015, p.1).

Para classificação de MITs a Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, atualizada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17 de março de 2023, estabelece que os critérios serão:

a) estudo da demanda turística existente no ano anterior à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura Municipal em convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada; b) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos atrativos turísticos do município, de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei complementar, com suas respectivas localizações e vias de acesso; c) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos equipamentos e serviços turísticos, do serviço de atendimento médico emergencial e da infraestrutura básica de que tratam os incisos II e III do artigo 4º desta lei complementar; d) cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das 6 (seis) últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, devidamente registradas em cartório(SP, 2015, p.1).

A lei também expõe que apenas cidades com até 200 mil habitantes poderão ser classificadas como Estâncias Turísticas, respeitando dados do censo demográfico decenal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com exceção dos municípios que já possuíam a denominação antes da publicação da Lei complementar de 2015.

5 Método



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

O método utilizado compreende uma revisão bibliográfica com caráter exploratório, com a busca em bases de dados científicos como o Scopus e o portal de periódicos da CAPES, de textos de referência ao tema proposto e a leitura crítica de cada um deles. O método contempla também a análise documental, de dados das secretarias de turismo do estado de São Paulo e do Ministério do Turismo brasileiro.

Os principais documentos analisados serão a Lei complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015 (São Paulo, 2015), o relatório de Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do MTB do PRT (MTUR, 2019) e o Painel do sistema de informações do MTB (SISMAPA) do MTUR (MTUR, 2022).

Foram formuladas mediante esses dados, duas tabelas sínteses, a primeira classificará as cidades da RMVPLN em A, B, C, D e E, segundo as variáveis quantitativas: visitas nacionais, visitas internacionais, empregos, estabelecimentos e arrecadação de impostos no setor de hospedagens em reais do MTB (MTUR, 2022). A segunda contemplará além das cidades da RMVPLN, o ranqueamento das Estâncias turísticas e dos MITs e suas notas de classificação (São Paulo, 2021).

6 Resultados e Discussões

Para a leitura crítica e compressão das informações destas tabelas é importante salientar que o PRT, é uma política direcionada ao desenvolvimento local de comunidades. O MTB é o instrumento instituído no âmbito do PRT que orienta a atuação do MTUR no desenvolvimento das políticas públicas. É o MTB que define os municípios que serão trabalhados prioritariamente pelo Ministério.

São critérios obrigatórios para que um município integre uma região turística do MTB: comprovar a existência de um órgão ou entidade municipal responsável pela pasta de Turismo, por meio da apresentação de normativo referente à estrutura





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

administrativa da Prefeitura Municipal; comprovar a existência de um orçamento destinado ao turismo, por meio da apresentação da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD vigentes; possuir, no mínimo, um prestador de serviços turísticos, de cadastro obrigatório no MTUR, comprovar a existência de conselho ou fórum municipal de Turismo ativo e apresentar termo de compromisso, conforme modelo disponibilizado pelo MTUR, assinado pelo prefeito municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de Turismo, aderindo, de forma espontânea e formal, ao PRT. (MTUR, 2021)

Observando estas informações, os objetos de estudo deste artigo compreendem as 39 cidades da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte (RMVPLN), criada pela Lei Complementar 1.166, de 9 de janeiro de 2012 descritas a seguir: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, São José dos Campos, Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Tremembé, Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Roseira, Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro, Silveiras, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba (SP, 2021).

Abaixo a tabela 2 é uma síntese da análise de indicadores do MTB fornecidos através do Painel SISMAPA do PRT e contempla todas as 39 cidades da RMVPLN, as colunas estão divididas em: cidade, região turística, visitas nacionais, visitas internacionais, empregos, estabelecimentos, arrecadação em reais e a classificação dos municípios.



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

As estimativas das visitas nacionais e internacionais foram realizadas apenas para o exercício de categorização e não devem ser utilizadas como parâmetro das visitas, por se tratar de dados amostrais. Já as informações de arrecadação, são referentes a arrecadação de impostos federais do setor de hospedagem, ressaltando que informações que ferem o sigilo fiscal de alguma federação foram omitidas (MTUR, 2023).

Tabela 2 – Síntese da categorização dos municípios da RMVPLN do Mapa do Turismo Brasileiro

MAPA DO TURISMO BRASILEIRO - RMVPLN							
CIDADE	REGIÃO TURÍSTICA	VISITAS NACIONAIS	VISITAS INT.	EMPREGOS	EST.	ARRECADAÇÃO (REAIS)	CLASSIF.
Aparecida	Fé	1208586	4053	1451	175	R\$ 11.472.737,00	A
Arapeí	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Areias	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Bananal	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Cacapava	Rios do Vale	14311	870	30	3	R\$ 0,00	D
Cachoeira Paulista	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Campos do Jordão	Mantiqueira Paulista	550468	8548	1422	137	R\$ 21.687.100,00	A
Canas	Fé	0	170	0	0	R\$ 0,00	D
Caraguatatuba	Litoral Norte de São Paulo	543680	8168	485	49	R\$ 4.775.319,00	B
Cunha	Fé	0	3240	57	15	R\$ 291.295,00	C
Cruzeiro	Vale Histórico	496	839	51	11	R\$ 193.917,00	C
Guaratinguetá	Fé	34532	4191	321	17	R\$ 3.366.549,00	B
Igaratá	Rios do Vale	0	39	41	3	R\$ 0,00	D
Ilhabela	Litoral Norte de São Paulo	175100	22954	1345	114	R\$ 13.779.198,00	A
Jacareí	Rios do Vale	133074	3170	134	15	R\$ 968.049,00	B
Jambeiro	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Lagoinha	Fé	0	395	3	1	R\$ 0,00	D
Lavrinhas	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Lorena	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Monteiro Lobato	Mantiqueira Paulista	19885	246	22	3	R\$ 0,00	D
Natividade da Serra	Rios do Vale	0	226	0	0	R\$ 0,00	D
Paraibuna	Rios do Vale	35941	0	11	3	R\$ 0,00	D
Pindamonhangaba	Mantiqueira Paulista	42489	1816	168	16	R\$ 1.188.080,00	B
Piquete	Fé	0	0	2	1	R\$ 0,00	D
Potim	Fé	0	0	0	0	R\$ 0,00	E
Queiluz	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Redenção da Serra	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Roseira	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Santa Branca	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Santo Antônio do Pinhal	Mantiqueira Paulista	19885	243	119	22	R\$ 1.018.219,00	B
São Bento do Sapucaí	Mantiqueira Paulista	18079	257	27	13	R\$ 612.756,00	C
São José do Barreiro	Vale Histórico	0	116	8	4	R\$ 0,00	D
São José dos Campos	Mantiqueira Paulista	295005	25942	697	59	R\$ 8.397.833,00	B
São Luiz do Paraitinga	Rios do Vale	37158	373	21	7	R\$ 0,00	C
São Sebastião	Litoral Norte de São Paulo	459996	18668	1667	157	R\$ 20.690.846,00	A
Silveiras	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Taubaté	Rios do Vale	76841	6226	325	23	R\$ 5.422.443,00	B
Tremembé	Fé	0	170	5	2	R\$ 0,00	D
Ubatuba	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta

Fonte: SISMAPA, acesso em outubro de 2023. Organização: Bruna Fernanda Nunes do Couto



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

A classificação das cidades do MTB deveria otimizar a distribuição de recursos públicos; orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios e aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do MTUR e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão; no entanto com dados referentes a pré-pandemia da COVID -19 a classificação não reflete grande parte do que se encontra nos municípios.

Os municípios de Aparecida, Campos do Jordão, Ilhabela e São Sebastião estão classificadas como cidades do tipo “A”, estas possuem cadeias de turismo mais estruturas, mas com o embasamento científico do que se externou na revisão de literatura é possível afirmar que não são as cidades que possuem políticas públicas de desenvolvimento regional e local mais estruturadas.

Os municípios de Caraguatatuba, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, Santo Antônio do Pinhal, São José dos Campos e Taubaté, também dividem a mesma faixa de classificação estando no tipo “B”, ambas também não apresentam homogeneidade no quesito de suas cadeias produtivas de turismo.

Caçapava, Canas, Cunha, Cruzeiro, Igaratá, Lagoinha, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Piquete, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga e Tremembé, dividem as categorias “C” e “D”, os números de algumas variáveis beiram a zero, mesmo em municípios que já possuem centros de turismo estruturados, o que provavelmente se deve à falta de formalização nos empregos gerados pelo turismo e formas de hospedagem informais.

O município de Potim é a única da região na categoria “E”, o que significa que ela zerou todas as variáveis da classificação. 13 municípios da região não integram





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

o Mapa, destacando-se a cidade de Ubatuba que possui uma cadeia de turismo bem estruturada e mesmo assim não faz parte do mapa.

Embasada nestas informações e na revisão bibliográfica apresentada, pode-se afirmar que a classificação do MTB não condiz com a realidade da cadeia produtiva do turismo existente na RMVPLN. O programa também promete uma maior clareza da proposição de políticas públicas de desenvolvimento local e regional para os municípios que fazem parte do mapa, mediante o PRT, no entanto é contraditório ao utilizar 3 das suas 5 variáveis de análise relacionados ao poder financeiro dos municípios.

A classificação possui muitas falhas, como não avaliar a geração de empregos informais, não contemplar esferas sociais, culturais e ambientais dos municípios turísticos e utilizar dados não atualizados para distribuição de recursos públicos. Municípios com grande potencial turístico ainda pouco explorados não são favorecidos por grande parte das políticas públicas do PRT, que tem como objetivo primário a democratização do turismo no Brasil e utiliza como um dos principais métodos para distribuição de seus recursos uma classificação que não dialoga com o desenvolvimento regional e local dos municípios, ao privilegiar sua esfera econômica.

Abaixo a tabela 3 é uma síntese contendo todas as 39 cidades da RMVPLN e a classificação delas em Estância Turística. Municípios de Interesse Turístico e a não participação da cidade na classificação do FUMTUR, além da pontuação de cada um desses municípios.

Tabela 3 – Ranqueamento de 2021, com a pontuação de todas as Estâncias e Municípios de Interesse Turístico – MITs



ESTÂNCIAS TURÍSTICAS E MITs - RMVPLN			ESTÂNCIAS TURÍSTICAS E MITs - RMVPLN		
CIDADE	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	CIDADE	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
Aparecida	Estância Turística	58	Natividade da Serra	Não consta	Não consta
Arapeí	Não consta	Não consta	Paraibuna	MIT	78,5
Areias	MIT	44,5	Pindamonhangaba	Não consta	Não consta
Bananal	Estância Turística	68,5	Piquete	Não consta	Não consta
Caçapava	Não consta	Não consta	Potim	Não consta	Não consta
Cachoeira Paulista	MIT	70	Queluz	MIT	53
Campos do Jordão	Estância Turística	81	Redenção da Serra	Não consta	Não consta
Canas	Não consta	Não consta	Roseira	Não consta	Não consta
Caraguatatuba	Estância Turística	75,25	Santa Branca	MIT	49,5
Cunha	Estância Turística	68,5	Santo Antônio do Pinhal	Estância Turística	62
Cruzeiro	MIT	62	São Bento do Sapucaí	Estância Turística	81,25
Guaratinguetá	Estância Turística	72	São José do Barreiro	Estância Turística	65,5
Igaratá	MIT	41	São José dos Campos	Não consta	Não consta
Ilhabela	Estância Turística	80,5	São Luiz do Paraitinga	Estância Turística	65,5
Jacareí	MIT	73	São Sebastião	Estância Turística	72,5
Jambeiro	Não consta	Não consta	Silveiras	Não consta	Não consta
Lagoinha	Não consta	Não consta	Taubaté	Não consta	Não consta
Lavrinhas	MIT	42	Tremembé	Estância Turística	50
Lorena	Não consta	Não consta	Ubatuba	Estância Turística	92
Monteiro Lobato	MIT	67,5			

Fonte: MTUR, acesso em junho de 2023. Organização: Bruna Fernanda Nunes do Couto

A classificação de Estâncias Turísticas e MITs do FUMTUR, privilegia aspectos sociais, culturais e organizacionais como o Plano Diretor Municipal de Turismo ao ranquear seus municípios, o que já se prova ser mais democrático do que a classificação do MTB. Outro aspecto importante é que esta classificação abarca apenas cidades com até 200 mil habitantes, privilegiando municípios de médio e pequeno porte.

A classificação do FUMTUR, permite que a distribuição deste fundo seja mais igualitária e contribua com o desenvolvimento regional e local de cidades e comunidades mediante políticas públicas de turismo. Nesta classificação a dimensão financeira não é a mais importante, o que contribui para promoção de ações que ajudarão à estruturação do turismo sustentável.



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Após a revisão bibliográfica e os autores discutidos nos capítulos anteriores do presente trabalho e com base nas tabelas sínteses apresentadas é possível chegar a algumas conclusões. É importante ressaltar que o turismo é uma fonte de renda crucial para a economia do Brasil, e muitas cidades o possuem como receita primária. Quando o turismo está alinhado a políticas públicas que visam o desenvolvimento regional e local de cidades e comunidades é capaz de impactar positivamente na vida dos moradores locais, da região em questão e ainda contribuir com o aumento na cadeia produtiva, valorizando o ambiente, a população, a cultura e a economia local e regional.

Ao se comparar as duas classificações fica claro que uma privilegia aspectos econômicos (MTB) e a outra possui um equilíbrio maior entre os aspectos sociais, econômicos e organizacionais da estrutura turística de um município (FUMTUR). No entanto mesmo a classificação do FUMTUR possui inúmeras falhas e discrepâncias com a realidade, ao não contemplar aspectos ambientais dos municípios em questão, por exemplo. A classificação é um avanço à apresentada pelo Mapa do Turismo Brasileiro, mas mesmo assim ainda precisa avançar nos critérios adotados para ela.

O MTB que está ligado ao PRT, que é uma das mais abrangentes e estruturadas políticas públicas de turismo no Brasil, e não cumpre o papel que está em seu nome. Ao privilegiar aspectos econômicos em sua classificação, não promove a regionalização e democratização do turismo, uma vez que grande parte dos recursos financeiros deste programa continuam indo para cidades que já possuem um turismo estruturado e muitas vezes predatório, estando na mão de grandes corporações e não contribuindo com o turismo de base local e comunitária, o que deveria ser a base do programa.





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

É urgente a reestruturação dessas classificações, uma vez que são elas as responsáveis por grande parte da distribuição dos recursos federais e estaduais destinados a políticas públicas de desenvolvimento local e regional, mediante o turismo sustentável.

6 Considerações Finais

As políticas públicas de desenvolvimento local e regional que englobam o turismo no Brasil, ainda estão muito ligadas ao desenvolvimento econômico dos municípios. Em um país com dimensões monumentais, como o Brasil, são necessárias mais políticas públicas que visam o desenvolvimento regional e local com foco no turismo de base comunitária que privilegiem os aspectos sociais/ culturais e ambientais dos municípios, não se esquecendo da esfera econômica.

As classificações estudadas neste artigo privilegiam em geral cidades turísticas já estruturadas, que apresentam maior nota de classificação e dessa maneira são beneficiadas na obtenção de recursos públicos. Em sua essência as políticas responsáveis por estas classificações deveriam auxiliar na democratização e regionalização das cidades turísticas, contribuindo para o desenvolvimento regional e local de cidades e regiões que ainda não possuem uma cadeia produtiva estruturada, as auxiliando neste processo, o que não ocorre.

Para posteriores trabalhos que tratem da temática fica o incentivo à criação de duas novas tabelas sínteses, comparando a classificação do MTB e do FUMTUR com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, para que se compare essas variáveis e desta maneira se avance no estudo comparativo do impacto de turismo no desenvolvimento local e regional das cidades da RMVPLN.



Referências

BRASIL. **PORTARIA MTUR Nº 105, DE 16 DE MAIO DE 2013**, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2013/portaria-n-105-de-16-de-maio-de-2013>

BRASIL. **LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008**, Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm

CHAVES, M. P. S. R; RODRIGUES, D. C. B. **Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo**, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 99-106, Mata Grosso do Sul, 2006.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/q73Gw5W9hfPRZZPCtYYJJBp/?format=pdf&lang=pt>
DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1. ed. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2011.

DORSA, A. C. **Turismo e desenvolvimento sustentável: janelas para o presente e o futuro**, Revista internacional de desenvolvimento local, Editorial Interações, p. 23, Campo Grande), 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/VRBP4VbkyNRQVrrBv5mgtTF/?lang=pt>

DUARTE, C. A. A. D; SOUZA, E. J. **Políticas públicas e desenvolvimento regional e local**, Revista FT, n. 119, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

<https://revistaft.com.br/politicas-publicas-e-desenvolvimento-regional-e-local/>

MTUR, **Anuário estatístico de turismo 2022**, Brasília, 2022. Disponível em:

https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020/copy_of_AnurioEstatsticodeTurismo2022AnoBase2021_Rev_c.pdf

MTUR, **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro PERGUNTAS E RESPOSTAS**, Brasília, 2019. Disponível em:

http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Perguntas_espostas_Categorizacao_2019.pdf

MTUR, **PORTARIA MTUR Nº 41, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021**, Brasília, 2021.

Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/Consolidada%20-%20Portaria%20Mapa%2026-11-21.pdf>

MTUR, **Mapa do turismo Brasileiro: perguntas e respostas**, Brasília, 2023.

Disponível

em:<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/Perguntas%20e%20Respostas%20-%20Atualizado%20-%202023.pdf>



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

MTUR, **Programa de Regionalização do Turismo**, Brasília, 2017. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=107

ONU, **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**, Brasília, 2022.

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

SÃO PAULO, **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015**, São Paulo, 2015. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>

SÃO PAULO, **LEI Nº 16.283, DE 15 DE JULHO DE 2016**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16283-15.07.2016.html>

SÃO PAULO, **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)**, São Paulo, 2021. Disponível em: https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/?page_id=127

SÃO PAULO, **Relatório sobre o ranqueamento das Estâncias e dos Municípios de Interesse Turístico (MIT)**, São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://www.turismo.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=707>

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. **POLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL: estratégias para**

administração da atividade no país, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/6852306-Politicass-publicas-de-turismo-no-brasil-estrategias-para-administracao-da-atividade-no-pais.html>

SOUSA, Moraes Mansur Cristiane; THEIS Ivo Marcos. **Desenvolvimento Regional: Abordagens Contemporâneas**, Blumenau, Edifurb, 2009. Disponível em:

<https://acervo.ufrn.br/Record/oai:localhost:123456789-207810>

VASCONCELOS, L. H. C.; ANTONELLO, I. T. PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 263–281, 2020. DOI: 10.21680/2177-8396.2019v31n2ID17957. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/17957>. Acesso em: 19 out. 2023.

WTTC, **Turismo será responsável por quase 8 milhões de empregos e 7,8% do PIB do Brasil em 2023**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2023/05/gastos-de-estrangeiros-no-brasil-crescem-14-7-em-abril>

